http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v39a2025-78543

Kant e o *esclarecimento*: a tarefa de educação em tempos sombrios

Fábio Caires Correia[*]

Ednan Galvão Santos[**]

Resumo: O presente artigo busca analisar a atualidade do pensamento de Immanuel Kant sobre o Esclarecimento, especialmente no que se refere à tarefa da educação em tempos de crise e polarização. Partindo da famosa pergunta *Que é Esclarecimento*?, exploramos a centralidade da razão, da autonomia e da liberdade individual no projeto iluminista. Em seguida, investigamos como a educação se configura como *práxis* fundamental para a emancipação humana e para a superação da *minoridade*, conceito-chave na filosofia kantiana. Ao analisar os desafios contemporâneos, como a desinformação, o relativismo e o autoritarismo, buscamos traçar paralelos com o contexto histórico de Kant, resgatando a importância da educação para a construção de uma sociedade mais justa, racional e esclarecida.

Palavras-chave: Autonomia; Emancipação; Liberdade; Educação; Esclarecimento.

[*] Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professor em Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: fabio.caires@unesp.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6132440859639127. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1768-3720.

[**] Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano). E-mail: ednan.santos@ifbaiano.edu.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7146393001340191. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4425-4358.

Kant and *enlightenment*: the task of education in these dark times

Abstract: This paper seeks to analyze the relevance of Immanuel Kant's thinking on Enlightenment, especially about the task of education in times of crisis and polarization. Starting with the famous question, *what is Enlightenment*? we explore the centrality of reason, autonomy, and individual freedom in the Enlightenment project. We then investigate how education is configured as a fundamental *praxis* for human emancipation and for overcoming minority, a key concept in Kantian philosophy. By analyzing contemporary challenges, such as misinformation, relativism, and authoritarianism, we seek to draw parallels with Kant's historical context, rescuing the importance of education for the construction of a more just, rational, and enlightened society.

Keywords: Autonomy; Emancipation; Freedom; Education; Enlightenment.

Kant y la *ilustración*: la tarea de la educación en tiempos sombríos

Resumen: El presente artículo busca analizar la actualidad del pensamiento de Immanuel Kant sobre la Ilustración, especialmente en lo que respecta a la tarea de la educación en contextos de crisis y polarización. Partiendo de la célebre pregunta *¿Qué es la Ilustración?*, exploramos la centralidad de la razón, la autonomía y la libertad individual en el proyecto ilustrado. A continuación, investigamos cómo la educación se configura como una *praxis* fundamental para la emancipación humana y la superación de la minoría de edad, concepto clave en la filosofía kantiana. Al analizar los desafíos contemporáneos –como la desinformación, el relativismo y el autoritarismo –, buscamos establecer paralelismos con el contexto histórico de Kant, rescatando la importancia de la educación en la construcción de una sociedad más justa, racional e ilustrada.

Palabras clave: Autonomía; Emancipación; Libertad; Educación; Ilustración.

***

A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber
(Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*).

Considerações iniciais

Em 1783, Immanuel Kant publicou um ensaio que se tornaria um marco na história da filosofia, especialmente na filosofia da educação. Ao responder ao crítico do Jornal Mensal de Berlim acerca do conceito de esclarecimento, o filósofo de Königsberg estabelece, naquele pequeno manuscrito, um dos princípios normativos mais influentes da modernidade filosófica[1]. Esse princípio consistiria em conduzir o homem à saída de sua menoridade, isto é, de um estado de dependência intelectual e de submissão a autoridades externas à autonomia da razão: uso da razão pública. O Esclarecimento seria, desse modo, um processo de emancipação da razão, no qual os indivíduos se tornariam capazes de pensar por si mesmos, questionar dogmas e preconceitos, bem como agir de forma autônoma e responsável. Em seus termos: *Sapere Aude*! (Ousa saber!).

[1] Embora seja legítimo reconhecer que a reflexão kantiana fornece fundamentos teóricos decisivos para a pedagogia moderna, ocupando, nesse sentido, uma posição central nesse debate, é importante a ressalva que o filósofo está inserido em um contexto intelectual muito mais amplo, no qual se destacam também autores como Jean-Jacques Rousseau e Johann Heinrich Pestalozzi, cuja influência sobre a formação do ideal educativo moderno é inegável. Rousseau, em particular, ao propor em *Emílio ou da Educação* uma pedagogia fundada na liberdade e na autenticidade do desenvolvimento humano, antecipou tensões que Kant mais tarde sistematizaria sob a forma de uma filosofia moral da educação. Assim, a contribuição kantiana deve ser compreendida não de modo isolado, mas como parte de um horizonte ilustrado de formação do sujeito racional e moral.

No entanto, passados mais de 240 anos desse pequeno manuscrito, a ordem social se apresenta em seu absoluto contrário. Diante do contexto contemporâneo, em que "a par dos lugares de conforto e bem-estar" coexistem "os abismos assustadores das dicotomias individuais e sociais" (Goergen, 2005, p. 6), torna-se urgente repensar a promessa moderna de emancipação racional. Tempos em que, sob a lógica da economia de mercado, impera a subjetividade embrutecida, que enxerga o Outro não mais desde a alteridade radical que nos constitui, mas como um inimigo a ser combatido, mais ainda, assassinado. O Outro aqui não é apenas o que é semelhante, mas também a natureza que nos rodeia. Não sem razão, Bento (2014, p. 705-706) nos diz que:

> O século XX e o descoroçoador começo do século XXI mostram sobejamente que, a par das liberdades e dos espetaculares avanços na ciência e na técnica, pode perder-se o sentido e colocar a Humanidade perante o abismo do mal absoluto. Está em perda o que, em última análise, constitui a base de tudo: a capacidade de distinguir o bem do mal e de fazer a escolha correspondente. Logo impõe-se o regresso aos princípios da ética, da estética, da busca das fontes do sentido da vida, do imaterial e do inatingível.

O progresso científico e técnico, que deveria ampliar a liberdade humana, revelou também sua face sombria, evidenciada pelos horrores do século XX. A irrupção de Auschwitz, como assinala Adorno em *Educação após Auschwitz*, marca o colapso da crença ingênua no progresso moral da humanidade e impõe à filosofia da educação uma exigência ética incondicional: "a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação" (Adorno, 1995, p. 118). Assim, a relação entre esclarecimento e barbárie não pode ser tratada como um paradoxo abstrato, mas como tarefa permanente de reconstrução crítica da razão.

O desafio é compreender como o mesmo racionalismo que sustentou o projeto iluminista pôde, em sua degeneração técnica e instrumental, tornar-se cúmplice de formas de dominação e aniquilamento

do humano. Esse paradoxo coloca em xeque a crença no progresso e nos leva a questionar o real sentido do humano. Por múltiplas razões,

> convém fazermos um balanço, perguntando-nos onde nos levou a utopia moderna da autonomia, liberdade e emancipação, mais ainda, porque hoje esse esclarecimento se tornou algo mais do que uma mera questão. Chegamos, de fato, à maioridade? Depois de mais de dois séculos de triunfo das ideias iluministas, podemos dizer que estamos na sociedade da razão esclarecida? Nossas sociedades, sustentadas pelas máximas do Iluminismo, atingiram um estágio de progresso? Se é possível falarmos que houve uma melhoria em termos legais, podemos dizer o mesmo em termos morais? (Correia; Perius, 2024, p. 194).

Diante desse cenário de incertezas quanto à própria possibilidade do porvir, a educação constitui condição *sine qua non* para impedir a repetição de tais atrocidades. A formação moral, nesse horizonte, adquire um sentido político e cosmopolita: trata-se de promover a autonomia prática do sujeito, de modo que ele seja capaz de pensar por si mesmo, condição de toda ética e de toda república racional.

Ao provocar o pensamento crítico, ela tem por tarefa fundamental a promoção de subjetividades propensas a questionar as ideologias autoritárias e a resistir à manipulação e à desinformação. Uma educação que valoriza a diversidade e a justiça social contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, combatendo a discriminação e o preconceito que alimentam os extremismos.

> Quando o indivíduo já tem verdades absolutas, fruto de uma linguagem que divide o mundo em binarismos de bem contra o mal, certo e errado, não fez a terapia da sobrecarga metafísica da linguagem, tornando-se propício a ser autoritário e encetar ações de violência. Como os discursos de ódio nas redes *on line* se reduziram, por vezes, a batalhas semióticas de *fake news* (guerra de imagens distorcidas), são retiradas daí

> as condições ou os elementos para viabilizar as práticas de não violência (Trevisan, 2021, p. 7).

A partir do exposto, acreditamos que a reflexão de Kant acerca do que seja o Esclarecimento permanece atual, especialmente nesses tempos de incerteza e polarização como os nossos. O avanço de discursos obscurantistas, o negacionismo das ciências e os movimentos autoritários explodindo em cada canto do mundo ameaçam diretamente os fundamentos da democracia, da liberdade e do respeito aos direitos fundamentais, especialmente o direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Diante desse cenário sombrio, torna-se urgente resgatar o legado iluminista e reafirmar a importância da educação como instrumento de transformação social e de promoção da sensibilidade humana. Ou, como bem lembra Foucault,

> [...] o objetivo principal hoje não é descobrir, mas recusar o que nós somos. Precisamos nos imaginar e construir o que poderíamos ser para nos desembaraçarmos desta espécie de 'dupla violência' que são a individualização e a totalização simultâneas das estruturas do poder moderno (Foucault, 1994, p. 232).

Desse modo, a realização de uma "ontologia crítica de nós mesmos" (Foucault, 1984, p. 1.394) deve ser uma tarefa educacional, ou seja, deve ser o trabalho da educação para a formação de sujeitos críticos perante a sua realidade.

O presente artigo se propõe a analisar a relevância e a atualidade do pensamento kantiano acerca do Esclarecimento, com ênfase particular na importância crucial da educação em tempos de crise, que se assemelham, sem anacronismo, em termos políticos emancipatórios, aos desafios enfrentados pelo próprio Kant em seu contexto histórico. Para aprofundar essa análise, partiremos da indagação fundamental que o filósofo formulou em seu ensaio de 1783. A partir dessa questão norteadora, exploraremos a centralidade da razão, da autonomia e da liberdade individual como pilares do projeto iluminista. Investigaremos, assim, como esses princípios se entrelaçam e se manifestam na esfera educacional, configurando-a como uma *práxis* indispensável para a

emancipação humana e para a superação da menoridade – conceito-chave na filosofia kantiana que designa a incapacidade de fazer uso da própria razão sem a tutela de outrem.

A menoridade, na perspectiva kantiana, representa um obstáculo à realização do potencial humano e à construção de uma sociedade verdadeiramente esclarecida. Assim, em um segundo momento, argumentaremos que a educação, ao promover o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da capacidade de julgamento individual, capacita os indivíduos a romperem com as amarras da dependência intelectual e a se tornarem agentes autônomos de suas próprias vidas e do destino da sociedade.

Em seguida, nosso estudo se voltará para os desafios contemporâneos que ecoam as preocupações de Kant em sua época, como a crescente desinformação, o relativismo e as tendências autoritárias que ameaçam a liberdade e o uso público da razão. Importa-nos analisar, nesse momento, como tais desafios impactam a educação e como esta pode ser utilizada como instrumento de combate aos autoritarismos, ao preconceito e à manipulação.

Por fim, defenderemos a importância de uma educação que, inspirada nos ideais iluministas, promova a formação de cidadãos críticos, autônomos e engajados na construção de uma sociedade mais justa e esclarecida. Acreditamos que o resgate da filosofia kantiana, em particular de sua concepção de Esclarecimento e do papel central da educação, pode oferecer um componente ético, e estético-político, para nos orientarmos nestes tempos turbulentos em que vivemos, e para construirmos um futuro mais promissor para as próximas gerações.

O *esclarecimento* como projeto de emancipação

O projeto iluminista, expressão histórica do século XVIII que abrange transformações epistemológicas, políticas e morais, não pode ser reduzido à mera exaltação da razão. O *Iluminismo* (*Lumières*, *Enlightenment*, *Aufklärung*) deve ser compreendido, de acordo com

Menezes (2014), como um movimento histórico e cultural plural, enquanto o *Esclarecimento* (*Aufklärung*), em sentido kantiano, designa o processo crítico de saída da menoridade. Para Menezes,

> A *Aufklärung* [kantiana] identifica-se profundamente com esse projeto educativo, porque seus ideais de humanidade e de autonomia, sem ele, estariam fadados à quimera. Transformando-se numa filosofia da educação, ela assume tal projeto como o veículo que levará a humanidade até o ponto de não precisar mais da autoridade externa e da superstição, como escudos da sua menoridade. Acreditar na possibilidade de um homem educado para a liberdade é o que permite estruturar a Aufklärung como um processo, do qual se vive apenas a aurora (Menezes, 2014, p. 144).

O Iluminismo é, nesse sentido, o fenômeno histórico, coletivo e institucional do século XVIII; o Esclarecimento é o seu correlato filosófico e normativo, um exercício permanente de autocrítica da razão. Essa distinção é essencial para compreender a posição de Kant: ele não celebra o Iluminismo como etapa civilizatória já concluída, mas o tematiza como tarefa ética inacabada da humanidade.

A caracterização do Iluminismo como mera exaltação da razão se mostra, a nosso sentir, inadequada, visto que a centralidade da razão é um traço distintivo da tradição filosófica ocidental como um todo. Com efeito, Kant distingue entre uso teórico e uso prático da razão, sendo o último o fundamento da moralidade e da educação. O *Aufklärung* kantiano não é uma apologia da racionalidade técnico-instrumental, mas uma crítica da razão em seu uso prático e moral, cuja finalidade é a autonomia. Assim, a razão é entendida não como poder de dominação, mas como faculdade de autolegislação.

Uma perspectiva mais precisa reside em conceber o Iluminismo como a emergência de uma nova forma de racionalidade, que redefine o papel da razão na experiência humana. Essa nova racionalidade se manifesta: 1. na autoconsciência da razão, i.e., o Iluminismo é caracterizado como um intenso escrutínio da própria razão; 2. na crítica à razão, ou seja, em vez de uma simples glorificação da razão, o Iluminismo resulta em uma

crítica rigorosa de suas capacidades e limites; 3. na pluralidade de racionalidades, o que nos leva a entender que o Iluminismo não produziu uma única concepção de razão, mas sim um conjunto diversificado de racionalidades, cada uma com suas próprias características e pressupostos. O Iluminismo, nesse sentido, deve ser lido como processo de pluralização das racionalidades. Kant é apenas uma das vozes que, nesse contexto, articulam a crítica à superstição e à heteronomia. A educação, nessa chave, é o espaço onde a humanidade ensaia sua maioridade.

A condição de menoridade, por sua vez, não deve ser compreendida apenas como ausência de conhecimento, mas, sobretudo, como uma disposição subjetiva marcada pela passividade e pelo conformismo. Kant define a menoridade como "incapacidade de servir-se de seu próprio entendimento sem a direção de outrem" (Kant, 1985, p. 100). Essa incapacidade não é natural, mas moral, porque resulta da falta de coragem de pensar. A educação torna-se, portanto, a mediação prática entre a heteronomia inicial e a autonomia moral.

Essa progressão deve ser compreendida à luz da distinção entre heteronomia inicial e autonomia adquirida. A educação começa sob tutela, ou seja, o educando precisa ser conduzido, disciplinado e orientado, mas seu propósito último é emancipá-lo dessa dependência. A criança, segundo Kant, é inicialmente um ser de impulsos e inclinações; apenas pela disciplina e cultivo torna-se capaz de civilidade, e, pela moralização, de agir segundo a lei moral. Pinheiro (2007) observa que esse movimento expressa o projeto kantiano de transformação do homem em sujeito ético: um ser que, de criatura natural, torna-se cidadão moral.

A pedagogia kantiana, desse modo, não visa à conformação externa, mas ao domínio interior da vontade, culminando na moralização como ápice da formação humana. A disciplina controla os impulsos; o cultivo amplia as capacidades; a civilização introduz o homem nas normas da convivência; e a moralização o conduz à autonomia. Essa estrutura permite compreender por que, para Kant, a educação é o caminho da humanidade rumo à sua própria perfectibilidade.

O principal entrave ao processo de esclarecimento não reside na carência de capacidade intelectual, mas na falta de coragem e firmeza de propósito necessárias para exercer o pensamento autônomo. O conceito de *Esclarecimento* (*Aufklärung*), nesse sentido, está intrinsecamente ligado à noção de autonomia, tanto como princípio moral quanto como ideal educativo. A menoridade é, pois, o obstáculo à perfectibilidade; a educação é o seu antídoto racional. Essa perspectiva reflete a tese central do ensaio kantiano, no qual o autor convoca os indivíduos a superarem a condição de menoridade intelectual, frequentemente perpetuada por instituições e convenções sociais, por meio do uso crítico da razão.

A educação, nesse horizonte, não se reduz à instrução ou à mera transmissão de conteúdos, mas constitui a formação moral do sujeito capaz de pensar por si mesmo, expressão que Kant considera o núcleo da maioridade. É nessa capacidade de pensar por si, e não apenas de forma dependente, que reside a essência do esclarecimento. Em seus dizeres:

> Para este esclarecimento [*Aufklärung*], porém, nada mais se exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público de sua razão em todas as questões. Ouço, agora, porém, exclamar de todos os lados: não raciocineis! O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedecei!). Eis aqui por toda a parte a limitação da liberdade. Que limitação, porém, impede o esclarecimento [*Aufklärung*]? Qual não o impede, e até mesmo favorece? Respondo: o uso público de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento [*Aufklärung*] entre os homens (Kant, 1985, p. 104).

Ao enfatizar o "uso público da razão", Kant delimita o espaço de liberdade como condição do esclarecimento. Como mostra Menezes (2014), a liberdade é o meio e o fim da educação moral: ela permite que o sujeito se

autodetermine e se reconheça como legislador universal de suas ações. Essa autonomia prática é a base de uma educação republicana e cosmopolita, cujo propósito é formar cidadãos racionais e justos.

A distinção entre instrução (*Unterweisung*) e educação (*Erziehung*) é aqui decisiva. A instrução refere-se ao domínio técnico e cognitivo; a educação, ao desenvolvimento moral e racional do sujeito. Segundo Dalbosco (2011), a passagem da heteronomia infantil à autonomia adulta requer uma mediação disciplinar inicial, mas essa tutela deve ser progressivamente superada pela autodeterminação racional, ou seja, o verdadeiro fim da educação kantiana.

Tal concepção encontra ressonância na filosofia moral kantiana, especialmente no que se refere à noção de liberdade como autonomia. Para Kant, apenas o indivíduo esclarecido, aquele que rompe com a menoridade intelectual mediante o uso público da razão, é capaz de orientar sua ação por princípios morais autônomos, e não por mera submissão a normas externas. Nesse sentido, o esclarecimento configura-se como um processo formativo voltado à autodeterminação racional e à responsabilidade ética. Essa compreensão dialoga diretamente com a proposta pedagógica de Paulo Freire, para quem a educação deve ser um ato político e libertador, capaz de promover a conscientização crítica e a superação de formas opressoras de existência (Freire, 2005, 2011). Assim, para ambos os autores, a educação ocupa um papel central na formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos eticamente com a transformação social.

A concepção de liberdade em Kant, conforme delineada na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (2009), está intrinsecamente vinculada à noção de autonomia e constitui o núcleo da moralidade. Para Kant, a liberdade não se reduz à simples ausência de coerções externas, mas implica a capacidade racional do sujeito de legislar moralmente para si mesmo, isto é, de agir segundo princípios que ele próprio reconhece como universalizáveis. Nesse sentido, liberdade e autonomia não são conceitos dissociáveis: ser livre, no sentido moral kantiano, é ser autônomo, ou seja, submeter-se à lei moral que a razão prática estabelece.

Para Beckenkamp,

> [o] conceito de liberdade cumpre, portanto, na *Fundamentação*, a função de um conceito liminar, através do qual um imperativo prático puro é pensado como possível por apontar para uma segunda ordem de consideração da razão. Na perspectiva do inteligível, pode-se entender como um ser racional finito é capaz de se interessar pelas ideias e princípios da razão prática pura. Aquilo que lhe é comandado pelo imperativo incondicional constitui propriamente sua vontade como vontade livre (Beckenkamp, 2006, p. 52).

A partir do exposto, nota-se que Kant rejeita qualquer forma de heteronomia moral – seja ela baseada em inclinações, consequências ou mandatos externos –, por considerá-la incompatível com a dignidade da pessoa como fim em si mesma. A autonomia, por sua vez, é definida, em termos kantianos, do seguinte modo:

> A necessidade da natureza era uma heteronomia das causas eficientes; pois todo efeito só era possível segundo a lei que alguma outra coisa determinasse a causa eficiente à causalidade; o que pode ser, então, a liberdade da vontade senão autonomia, isto é, a propriedade da vontade de ser para si mesma uma lei? A proposição, porém: a vontade é em todas as ações uma lei para si mesma, designa apenas o princípio de não agir segundo outra máxima senão aquela que também possa ter por objeto a si mesma como uma lei universal. Mas isso é exatamente a fórmula do imperativo categórico e o princípio da moralidade: portanto, uma vontade livre e uma vontade sob leis morais é uma e a mesma coisa (Kant, 2009, p. 350).

Assim, a liberdade prática, enquanto autodeterminação da vontade pela razão, é condição necessária da moralidade. Agir moralmente não é obedecer a um código imposto externamente, mas sim submeter-se à razão enquanto legisladora universal. A moralidade, portanto, não é heterônoma, mas racionalmente autoimposta, o que confere à autonomia o estatuto de princípio supremo da ética. O imperativo categórico, especialmente em sua

formulação da universalização da máxima da ação, expressa precisamente essa exigência racional de autodeterminação moral.

A nosso sentir, é importante destacar essa concepção de autonomia para a formação de cidadãos autônomos e moralmente responsáveis. A leitura que Kant faz do conceito de autonomia vai muito além da simples liberdade de escolha: ela implica uma educação que não apenas liberte o sujeito das influências externas, mas que, sobretudo, capacite-o para agir de maneira moralmente autônoma, fundamentada em princípios racionais e universais. "O princípio da autonomia é, portanto: não escolher de outro modo senão de tal modo que as máximas de sua vontade também estejam compreendidas ao mesmo tempo como lei universal no mesmo querer" (Kant, 2009, p. 286).

Para Kant, a educação deve preparar os indivíduos para a autonomia moral, entendida como a capacidade de agir segundo a razão e de se autodeterminar conforme os princípios éticos universais. Nesse sentido, ao invés de ser vista como um processo de transmissão de conteúdos, a educação torna-se um meio de fomentar a reflexão crítica e o desenvolvimento da razão prática. Não à toa, em *Sobre a Pedagogia*, o filósofo de Königsberg afirma: "o homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação" (Kant, 2006, p. 15). A autonomia não é uma conquista individual isolada, mas um princípio que se inscreve no horizonte da convivência humana e da comunidade moral.

O ideal de educação kantiano, ao promover o desenvolvimento da razão prática, objetiva criar cidadãos que não só compreendam a moralidade de forma racional, mas que também a vivenciem em suas ações cotidianas, comprometendo-se com o bem comum. Para isso, a formação de um sujeito autônomo implica, como apontado, a capacidade de autolegislação e a adoção de princípios morais universais, que, em última instância, fundamentam a convivência social justa.

É na obra *Sobre a Pedagogia* que Kant apresenta de maneira mais sistemática sua concepção da educação como meio necessário para a constituição da autonomia moral. O filósofo parte do pressuposto de que o

ser humano, ao contrário dos animais, não nasce pronto para a vida racional e moral; ele precisa ser moldado por um processo formativo progressivo.

> O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Consequentemente, o homem é infante, educando e discípulo [...] O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz (Kant, 1999, p. 11-15).

Essa afirmação revela uma profunda confiança na plasticidade da natureza humana e na centralidade da educação como instrumento de realização do ideal moral. A educação é, portanto, aquilo que possibilita ao ser humano se tornar verdadeiramente humano, isto é, capaz de liberdade e responsabilidade.

Kant estrutura esse processo educativo em quatro momentos: disciplina, cultivo, moralização e civilização. Cada um representa um estágio necessário no desenvolvimento da humanidade do sujeito. Cada momento corresponde, respectivamente, à passagem da animalidade à humanidade, desta à civilidade e, por fim, à moralidade. Essa sequência reflete o desenvolvimento progressivo da liberdade sob a tutela da razão. A moralização, contudo, é o ponto culminante do processo, pois nela ocorre a formação da vontade autônoma. Trata-se da etapa em que o indivíduo começa a agir não por medo da punição ou esperança de recompensa, mas por respeito à lei moral, ou seja, por dever. Esse aspecto é enfatizado por Kant na seguinte passagem:

> [A educação] deve, por fim, cuidar da moralização. Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins. Bons são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um (Kant, 1999, p. 26).

Como dito anteriormente, Kant rejeita toda forma de moralidade heterônoma baseada em coerção externa ou manipulação afetiva. A moralidade autêntica só pode emergir quando o sujeito reconhece a validade da lei racional e a assume como princípio de sua própria ação. Educar, portanto, não é moldar comportamentos por meio de condicionamentos, ou mesmo impor uma disciplina de educação cívico-moral, mas formar a razão prática, de modo que o educando se torne apto a legislar moralmente para si mesmo.

Essa concepção encontra plena ressonância no texto de 1784. A educação é o instrumento de superação da menoridade, pois visa a dotar o sujeito da capacidade de uso autônomo da razão. O vínculo entre a pedagogia e o ideal iluminista é evidente: assim como a liberdade moral consiste na autodeterminação racional, o esclarecimento consiste na autonomia intelectual – a disposição de julgar por si mesmo, sem tutelas externas. Kant reconhece, contudo, a dificuldade desse processo. A menoridade, embora seja uma condição superável, é confortável e estável. Por isso, muitos permanecem nela por conveniência ou medo.

> É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis (Kant, 1985, p. 100-101).

A educação é, portanto, uma prática contra a acomodação e a dependência. Ela exige esforço, disciplina e orientação adequada, pois o desenvolvimento da autonomia não é espontâneo. O papel do educador, nessa perspectiva, não é substituir a razão do aluno, mas a estimular, criar as condições para que o aluno se torne, progressivamente, sujeito de sua própria razão.

Trata-se de um ideal eminentemente ético e político: formar cidadãos capazes de julgar por si mesmos, agir segundo princípios e resistir a todas as formas de tutela. A educação kantiana é, portanto, intrinsecamente

libertadora, pois orienta o indivíduo à conquista da liberdade moral e intelectual. Ela não é apenas um processo individual, mas uma tarefa coletiva e histórica, essencial para o progresso da humanidade em direção à autonomia plena. Nesse horizonte, Kant antecipa um projeto pedagógico que ultrapassa a mera instrução técnica: ele propõe uma educação voltada à formação da subjetividade moral, capaz de sustentar uma sociedade esclarecida e justa. Essa formação (*Bildung*) não é um ideal de conformidade externa, mas de liberdade interior, de autonomia racional, que só a educação moral pode realizar.

Em suma, o esclarecimento kantiano é simultaneamente um projeto epistemológico, moral e pedagógico. Ele postula a formação de sujeitos capazes de se autogovernar pela razão, superando tanto a ignorância quanto a submissão voluntária. Ao resgatar o *Aufklärung* como tarefa educativa, Kant oferece uma concepção de emancipação que, ainda hoje, orienta o ideal humanista de formação: a liberdade como autolegislação e a moralidade como fim supremo da educação.

Desafios contemporâneos e a atualidade de Kant

Os desafios enfrentados pela sociedade global no século XXI tornam evidente a necessidade de resgatar os ideais fundamentais do Iluminismo, dos quais a filosofia de Kant é uma das expressões mais rigorosas, sistemáticas e influentes. No ensaio de 1783, Kant exorta a humanidade a abandonar a menoridade intelectual e moral, entendida como a incapacidade de fazer uso autônomo da razão, e a conquistar a maioridade por meio do esclarecimento. Essa exortação permanece profundamente atual diante de fenômenos contemporâneos como a desinformação em larga escala, o relativismo cognitivo, o fanatismo ideológico e o ressurgimento de posturas autoritárias.

A proliferação de notícias falsas, teorias da conspiração e discursos de ódio, especialmente nas redes sociais, constitui uma ameaça significativa à formação de juízos racionais e críticos. Em um ambiente

caracterizado pela sobrecarga informacional, um fenômeno que Luciano Floridi (2014) denomina de *infosfera*, ou seja, o espaço no qual informação digital é constantemente produzida, disseminada e consumida, os critérios de verdade tornam-se instáveis. A veracidade dos dados é frequentemente obscurecida por manipulações emocionais e interesses políticos, desafiando a capacidade dos indivíduos de distinguir o verdadeiro do falso, o plausível do absurdo.

> Em termos mínimos, infosfera denota todo o ambiente informacional constituído por todas as entidades informacionais, suas propriedades, interações, processos e relações mútuas. É um ambiente comparável, mas diferente, do ciberespaço, que é apenas uma de suas sub-regiões, por assim dizer, uma vez que a infosfera também inclui espaços de informação offline e analógicos. Em termos máximos, infosfera é um conceito que também pode ser usado como sinônimo de realidade, uma vez que interpretamos esta última informacionalmente. Nesse caso, a sugestão é que o que é real é informacional e o que é informacional é real. É nessa equivalência que reside a fonte de algumas das mais profundas transformações e problemas desafiadores que vivenciaremos no futuro próximo, no que diz respeito à tecnologia (Floridi, 2014, p. 41).

Floridi oferece ponto de partida fundamental para uma análise crítica dos desafios contemporâneos enfrentados pela educação na era digital. Ao conceituar a infosfera como o ambiente informacional total, que compreende tanto as dimensões digitais (como o ciberespaço) quanto os domínios analógicos, ele propõe uma ontologia informacional do real: aquilo que é real é informacional, e vice-versa. Essa reconfiguração do entendimento de realidade coloca a informação no centro das relações humanas, sociais, cognitivas e tecnológicas, desafiando os modos tradicionais de produção e circulação do conhecimento. A partir dessa concepção ampliada de infosfera, a educação se depara com um deslocamento epistemológico profundo. O conhecimento, que antes estava circunscrito a instituições formais (como

escolas e universidades), passa a emergir e circular em um espaço informacional híbrido, difuso e descentralizado.

Nesse diapasão, Pierre Lévy (1999, p. 47) afirma que "a universalização da cibercultura propaga a co-presença e a interação de quaisquer pontos do espaço físico, social ou informacional". Esse fenômeno é complementar a outro: a virtualização. Virtual é a característica de "toda entidade desterritorializada, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular" (Lévy, 1999, p. 47).

Essa transformação implica desafios decisivos para a educação, sobretudo no que tange à formação da autonomia e da crítica. Ocorre que, na era da infosfera, o ideal kantiano é tensionado por um cenário em que a superabundância informacional, o algoritmo de relevância e a heteronomia digital muitas vezes substituem o uso autônomo da razão por práticas de consumo passivo de dados. A menoridade kantiana adquire agora novas formas: não mais apenas a tutela religiosa, política ou moral que proibia o uso do entendimento, mas a dependência de sistemas automatizados de informação, que moldam visões de mundo, decisões e comportamentos sem a devida reflexão crítica.

Nesse sentido, os desafios da educação se tornam mais agudos: é necessário educar para o esclarecimento em meio a uma realidade informacional complexa, o que exige repensar práticas pedagógicas para além da simples transmissão de conteúdo. A educação precisa promover competências hermenêuticas e críticas que capacitem o sujeito a navegar, filtrar, interpretar e resistir às dinâmicas heterônomas da infosfera. Como observa Floridi, os maiores problemas e transformações do futuro próximo emergirão dessa equivalência entre o real e o informacional, o que faz da alfabetização digital e filosófica uma urgência educativa e política.

> [as] TIC digitais (tecnologias de informação e comunicação) estão afetando nosso senso de identidade, como nos relacionamos uns com os outros e como moldamos e interagimos com nosso mundo. Nanotecnologia, Internet das Coisas, Web 2.0, Web

> Semântica, computação em nuvem, jogos de captura de movimento, aplicativos para smartphones, tablets e telas sensíveis ao toque, GPS, Realidade Aumentada, companheiros artificiais, drones não tripulados, carros sem motorista, dispositivos de computação vestíveis, impressoras 3D, roubo de identidade, cursos online, redes sociais, guerra cibernética (Floridi, 2014, p. VI).

Se o esclarecimento é o projeto de emancipação por meio do uso público da razão, o ambiente da infosfera exige uma reconfiguração crítica desse projeto, atualizando-o para os novos regimes de visibilidade, controle e poder que operam na sociedade informacional. A educação, nesse contexto, não pode se limitar ao tecnicismo ou à adaptação ao digital, mas deve recuperar seu papel como espaço formativo da liberdade e do juízo autônomo frente às novas formas de dominação simbólica e informacional.

Nesse ambiente de sobrecarga informacional, também designado como infocalipse (Aviv Ovadya, 2018), o excesso de dados disponíveis não se traduz em maior conhecimento ou consciência crítica. Ao contrário, tal excesso frequentemente obscurece a veracidade das informações, dificultando o discernimento entre o verdadeiro e o falso, o plausível e o absurdo. Isso ocorre porque, como destacou Arendt em *Crises da República* (2015), a banalização da mentira na esfera pública pode levar à perda da distinção entre fato e opinião, minando os fundamentos de uma cidadania esclarecida. "Mentiras são frequentemente muito mais plausíveis, mas clamantes à razão do que a realidade, uma vez que o mentiroso tem a grande vantagem de saber de antemão o que a plateia deseja ou espera ouvir" (Arendt, 2015, p. 16).

Ademais, essa condição é exacerbada pela lógica algorítmica das redes sociais, que privilegia o engajamento emocional em detrimento da veracidade. Byung-Chul Han (2018) argumenta que a sociedade digital opera por meio de uma psicopolítica que explora a transparência e a autoexposição, gerando sujeitos cada vez mais vulneráveis à manipulação. A verdade torna-se secundária diante da performance afetiva e do capital simbólico que certas narrativas, ainda que infundadas, conseguem mobilizar. Nesse cenário, pode-se observar um preocupante retorno à heteronomia, entendido aqui nos termos

kantianos como a incapacidade de pensar por si mesmo. A difusão descontrolada de desinformação e a prevalência de discursos que apelam à emoção e ao medo comprometem essa capacidade, promovendo uma nova forma de tutela na qual o sujeito abdica de sua razão crítica em favor de interpretações pré-formatadas. Para Han,

> A psicopolítica neoliberal, com a indústria da consciência, destrói a alma humana, que é tudo menos uma máquina positiva. O sujeito do regime neoliberal perece com o imperativo da otimização de si, ou seja, ele morre da obrigação de produzir cada vez mais desempenho. A cura torna-se assassinato [...] nesse pan-óptico não se é torturado, se é tuítado ou postado. Não há nenhum Ministério da Verdade. A transparência e a informação substituem a verdade. O novo objetivo do poder não consiste na administração do passado, mas no controle psicopolítico do futuro (Han, 2018, p. 49, 56).

Esses novos tutores da era digital – algoritmos, influenciadores, partidos políticos ou instituições – configuram, a nosso ver, uma governamentalidade algorítmica, em que o poder não se exerce mais unicamente por coerção, mas pela condução dos comportamentos através da gestão de dados e da normatização das condutas. A autoridade, nesse caso, não se apresenta como imposição explícita, mas como um guia invisível que orienta preferências, crenças e decisões. Não poderíamos deixar de mencionar a crítica de Adorno e Horkheimer (1985) à indústria cultural. Ao analisarem a massificação dos meios de comunicação e sua função ideológica, os autores da *Dialética do Esclarecimento* alertaram para o perigo da homogeneização do pensamento e da anestesia da consciência crítica. Hodiernamente, as redes sociais assumem papel semelhante, ao produzirem bolhas de confirmação e reforçarem vieses cognitivos, o que contribui para uma forma contemporânea de irracionalidade coletiva. “A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 100).

Portanto, a crise epistêmica que atravessamos não é apenas uma questão de acesso à informação, mas de capacidade de julgar e refletir autonomamente. Em um mundo onde a razão é constantemente desafiada pela lógica do espetáculo, da viralização e da polarização afetiva, pensar criticamente torna-se um ato de resistência. A filosofia e a filosofia da educação, nesse contexto, reafirmam seu papel essencial de promover o esclarecimento (*Aufklärung*), combatendo tanto a ignorância voluntária quanto as estruturas que incentivam a dependência intelectual.

A educação, nesse sentido, deve ser compreendida não como mera instrução técnica ou transmissão de conteúdos, mas como formação do sujeito moral. Uma educação inspirada nos princípios kantianos não objetiva apenas preparar indivíduos para o mercado de trabalho, mas formar cidadãos autônomos, capazes de resistir à manipulação, questionar normas injustas e agir com base na razão *prática* pura. Portanto, em meio às incertezas do presente e às ameaças à democracia e à dignidade humana, o pensamento de Kant continua a oferecer uma orientação ética e política de grande relevância. Ele nos convida a preservar a racionalidade crítica, a liberdade de pensamento e a educação como fundamentos para uma sociedade verdadeiramente esclarecida.

Considerações finais

Pesem embora as refutações que logram relevância hodiernamente, a obra de Kant ostenta, ainda, centralidade no âmbito das reflexões filosóficas – assim como em outros campos, como o jurídico, o político e o educacional. Tal centralidade não se deve a uma adesão acrítica à tradição iluminista, mas à capacidade do pensamento kantiano de oferecer categorias conceituais robustas e ainda operacionais para a análise das tensões normativas que atravessam o mundo contemporâneo. Nesse último âmbito, inserem-se as considerações que fizemos no presente estudo.

As noções kantianas de liberdade e autonomia podem ser manejadas como ferramentas filosóficas diante dos desafios contemporâneos que

permeiam a educação na sociedade informacional do século XXI, uma vez que fornecem parâmetros éticos e epistemológicos para a formação de sujeitos autônomos em contextos marcados pela fragmentação e pela crise de referências normativas. Tais contributos permanecem oportunos para pensarmos a formação do sujeito moral, especialmente no campo educacional, em que a promoção da autonomia deve ser o objetivo central das práticas pedagógicas, compreendida essa não como autossuficiência meramente individualista, mas como capacidade de autolegislação racional e responsiva à universalidade do imperativo moral.

O cenário contemporâneo da infosfera, caracterizado pela abundância de informações, manipulação algorítmica e proliferação da desinformação, impõe obstáculos ao ideal kantiano de esclarecimento (*Aufklärung*). Com efeito, a menoridade intelectual, outrora entendida como tutela religiosa ou política, agora assume formas sofisticadas de heteronomia digital, em que a razão é substituída por padrões de consumo passivo de informações, amiúde enviesadas e distorcidas por lógicas econômicas e psicopolíticas. As estratégias contemporâneas de desinformação e controle simbólico operam não mais apenas por coerção direta, mas por meio da saturação informacional, da distração contínua e da engenharia comportamental baseada em dados, configurando novas modalidades de sujeição que dificultam o exercício autônomo da razão.

Nesse contexto, as práticas educacionais não podem estar restritas à mera transmissão "bancária" de conteúdos, para usarmos um termo freiriano, ou à adaptação superficial às tecnologias digitais. A educação precisa ser repensada como um espaço de formação crítica, independente e reflexiva, capaz de empoderar o sujeito, capacitando-o a resistir às ingerências heterônomas, inclusive aquelas dissimuladas sob o verniz da inovação tecnológica ou da eficiência comunicacional. Mais do que instrumentalizar para o uso de ferramentas digitais, trata-se de formar para a leitura crítica dos discursos e dos dispositivos que moldam a esfera pública digital.

Em uma sociedade cada vez mais marcada pela complexidade da infosfera e por novas formas de dominação simbólica que operam sob o signo da liberdade aparente, o pensamento kantiano reafirma sua

relevância como marco teórico de orientação para a educação emancipatória, que visa não apenas à qualificação técnica, mas à formação de sujeitos dotados de autonomia. Essa formação não se reduz à internalização de conteúdos ou competências, mas exige a constituição de uma racionalidade prática orientada por princípios universais, capaz de resistir às forças de reificação e manipulação.

A busca por "sair da menoridade" é, nesse sentido, um ato de resistência contra as novas formas de dominação simbólica e informacional, e a educação, enquanto prática reflexiva e transformadora, deve tornar-se o espaço privilegiado para esse processo de emancipação. Retomar Kant, portanto, não significa ignorar os limites históricos de seu projeto filosófico, mas recolher, criticamente, os elementos de seu legado que ainda podem contribuir para a construção de uma racionalidade pedagógica orientada à autonomia, à crítica e à liberdade como fins em si.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

BECKENKAMP, Joãosinho. O lugar sistemático do conceito de liberdade na filosofia crítica kantiana. *Kant e-prints*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 31-56, 2006. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/kant/article/view/8672561. Acesso em: 20 abr. 2025.

BENTO, Jorge O. Do Estado da Universidade: Metida num Sarcófago ou no leito de Procrustes? *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade de Sorocaba*, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 689-721, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300009.

CORREIA, Fábio Caires; PERIUS, Oneide. A atualidade de uma pergunta: que significa, pois, esclarecimento? *Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 31, n.

64, p. 191-200, 2024. DOI: https://doi.org/10.21680/1983-2109.2024v31n64ID34231.

DALBOSCO, Claudio. *Kant e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que les Lumières? *In*: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II*. Paris: Gallimard/Seuil, 1984. p. 1.381-1.397.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Ecrit*s. vol. IV. Paris: Gallimard, 1994.

FLORIDI, Luciano. *The Fourth Revolution*: how the infosphere is reshaping human reality. New York: Oxford University Press, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOERGEN, Pedro. *Pós-Modernidade, Ética e Educação*. Campinas: Autores Associados, 2005.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica*: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Discurso Editorial, 2009.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1999.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é "Esclarecimento"? ["Aufklärung"]*. *In*: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petropolis: Editora Vozes, 1985. p. 100-116.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MENEZES, Edmilson. Kant: Esclarecimento e Educação Moral. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 19, n. 1, p. 117-147, 2014. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v19i1p117-147.

OVADYA, Aviv. What's worse than fake news? The distortion of reality itself. *The Washington Post*, Washington, Opinion, 22 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/theworldpost/wp/2018/02/22/digital-reality. Acesso em: 20 abr. 2025.

PINHEIRO, Celso. *Kant e a educação*. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

TREVISAN, Amarildo Luiz. Educação e Violência: A Educação contra o Fascismo. *Educação*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 1-14, 2020. DOI: https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.2.35788. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/35788. Acesso em: 20 abr. 2025.

Data de registro: 15/06/2025

Data de aceite: 29/10/2025